

(IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais

Emmily Negrão Chagas¹

Thayana Evely Pinto do Nascimento²

RESUMO

O artigo objetiva pontuar e analisar os índices referentes à transfobia, assim como problematizar a escassez desses dados, fato que reforça a invisibilidade da população trans no Brasil. Foi realizada revisão bibliográfica para refletir sobre os conceitos de identidade de gênero e transexualidade, assim como pesquisas nas principais fontes de dados que demonstram a transfobia em números no país. O artigo também aborda os reflexos da transfobia na vida de travestis e transexuais, como a exclusão social. Ressalta, ainda, a importância da discussão desta problemática para o Serviço Social enquanto profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Palavras-chave: Gênero; População trans; Invisibilidade; Transfobia; Brasil.

ABSTRACT

The article aims to score and analyze the contents pertaining to transphobia, as well discuss the lack of such data, a fact that reinforces the invisibility of the trans population in Brazil. Bibliographical review was held to reflect on concepts of gender identity and transsexuality, as well as research in sources of data that demonstrate the transphobia in numbers on country. The article also discusses the reflections of transphobia in the life of transvestites and transsexuals, as social exclusion. Stresses also the importance of the discussion of this problematic for Social Work while profession committed to uncompromising defence of human rights.

Keywords: Gender; Trans population; Invisibility; Transphobia; Brazil.

¹ Estudante. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: emmily.nc@hotmail.com

² Estudante. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: thayana_evely@hotmail.com

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma discussão acerca da invisibilidade da população trans³ no Brasil e das violências motivadas por transfobia⁴. Atualmente, o Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo. Os direitos fundamentais dessas pessoas são violados cotidianamente, incluindo o de existir na sociedade de acordo com o gênero que se identificam. Por que os gritos do segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) para que medidas sejam tomadas diante desse histórico de violência e exclusão social quase não são ouvidos?

Objetivamos, nesta pesquisa, apresentar dados sobre transfobia no país nos últimos anos e problematizar a invisibilidade dessa população diante do poder público e da sociedade civil, o que acaba reforçando essas violências cotidianas e gerando exclusão, estigmatização e marginalização.

Nesse sentido, dividimos o artigo em quatro partes: no primeiro e segundo tópico, apresentaremos importantes conceitos e discussões sobre sexo, gênero, identidade e transexualidades. No terceiro tópico, trataremos o levantamento de indicadores sociais sobre transfobia, apesar das dificuldades para encontrar esses dados, que trazem os números de ocorrências transfóbicas sob a rubrica da homofobia, sendo poucos os dados detalhados que especificam a violência contra pessoas travestis e transexuais. Por fim, no último tópico, apresentaremos reflexos da invisibilidade dessa população, que estão gerando uma série de violações de direitos humanos.

II. SEXO E GÊNERO

Em primeiro lugar, para abordar questões acerca da transexualidade, se faz necessário refletir sobre o que é ser homem e ser mulher em uma sociedade baseada na heteronormatividade. Ou seja, onde o normal e socialmente aceitável deve condizer com uma postura heterossexual de acordo com os papéis sociais atribuídos aos gêneros e onde se pressupõe uma continuidade entre sexo, gênero e sexualidade.

Segundo as teorias de gênero binárias de cunho biológico, que influenciaram e influenciam de forma preponderante nossa sociedade, só existem dois sexos: masculino/macho e feminino/fêmea, não havendo variações ou possibilidade de transitar

³ População trans: de acordo com Jesus (2012), são pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado no seu nascimento.

⁴ Transfobia: de acordo com Jesus (2012), é o preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis.

entre eles, com a exceção dos intersexuais (anteriormente chamados de hermafroditas) que, mesmo assim, são frequentemente induzidos, tanto pela medicina como pela sociedade, a escolher e se adequar a um dos dois sexos. Portanto, segundo a biologia, com o reforço de um forte conservadorismo religioso, o que determina ser homem e mulher é uma condição genética, a soma de cromossomos.

Dependendo do tempo e variando de cultura para cultura, existe uma série de comportamentos e papéis sociais que são esperados dos sexos, tudo que diverge do que é socialmente construído como “natural” para pessoas biologicamente designadas como homens ou mulheres ao nascer, é considerado transgressor, anormal.

A categoria gênero surge posteriormente com os estudos feministas. Segundo SCOTT (1989, p. 3),

o “gênero” parece ter surgido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Simone de Beauvoir através da sua celebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (1949), chamou a atenção para as inúmeras construções sociais em torno do que é ser homem e, especialmente, ser mulher. A partir de então, aprofundaram-se várias discussões sobre as categorias e relações de gênero, questionando-se de fato o que é ser homem e/ou mulher.

Mais a frente, veremos como todas essas construções históricas serviram como pano de fundo para colocar pessoas que não se encaixam nos padrões de gênero dito “normais”, mas que na verdade são apenas os mais comuns, a margem, numa condição de invisibilidade social e de negação de direitos.

III. IDENTIDADE DE GÊNERO E TRANSEXUALIDADES

A identidade de gênero, diferindo do ideal de gênero binário, refere-se à como a pessoa se identifica, com o gênero feminino, masculino, com os dois ou havendo uma variação entre eles, sem precisar existir, necessariamente, uma continuidade entre genitália (e outras características biológicas que determinam o sexo) e o gênero (entendido numa perspectiva de construção social). Existem variados tipos de gênero, entre eles os que não se encaixam no binarismo homem/mulher.

Em seu guia técnico sobre pessoas trans, Jesus (2012) afirma que o sexo é biológico e o gênero social. Reitera também que o “gênero vai além do sexo: o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (2012, p.9).

A transexualidade, que engloba homens e mulheres, ocorre quando o indivíduo se identifica com um gênero diferente do que lhe foi designado durante a sua gestação e nascimento. Segundo Jesus (2012, p. 9), “transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico”. Essa redesignação pode acontecer através de procedimentos cirúrgicos, como a transgenitalização (readequação do órgão genital), mamoplastia e/ou com tratamentos hormonais. Todavia, faz-se importante esclarecer que “ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico” (idem, p. 8).

Essa relação com o corpo é muito particular: grande parte das pessoas trans sente necessidade de realizar procedimentos de intervenção cirúrgica e hormonal, por negação ao próprio corpo ou como consequência das pressões sociais para se adequar aos padrões físicos de gênero, que delimitam o que é ser homem e o que é ser mulher; mas existem também aqueles que preferem não se submeter a estes procedimentos e convivem bem com os seus corpos.

Ainda existe uma grande dificuldade em conceituar (definitivamente) a travestilidade, que diversas vezes é percebida como transexualidade. Conforme afirma Pelúcio (2006, p. 3-4) as travestis “são pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”. A autora traz a ideia de que os corpos das travestis comportam-se com “ambiguidade”, que assumem papéis de ambos os gêneros. São corpos que fogem da heteronormatividade e dos padrões de gênero socialmente construídos.

Jesus, por sua vez, entende que “são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero” (2012, p. 9). É importante ressaltar, contudo, que as travestis, independente da identidade a qual se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino.

A população trans trava uma luta constante pelo reconhecimento da sua identidade de gênero e pelo direito de ser quem são. A luta é também para que as violências sofridas deixem de ser invisibilizadas pela sociedade, pela mídia e, acima de tudo, pelo

poder público. A invisibilidade é tão grande que, no Brasil, existem poucas estatísticas oficiais de crimes motivados por transfobia e um número ainda menor de ações punitivas e preventivas a esse tipo de violência, o que acarreta uma série de graves violações dos direitos humanos e reforça um histórico de discriminação, marginalização e exclusão social.

Sobre a homofobia, termo que é genericamente usado para se referir a aversão e violência contra a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) de forma mais geral, Rozario (2013, p. 14) enfatiza que

no Brasil assim como no mundo o fenômeno social da homofobia deixa lastros de violação aos direitos humanos, violência física, psicológica, discriminação, preconceito, omissão e homicídio àqueles que são contrários aos padrões heteronormativos, seres humanos que tiveram e tem seu direito inerente à vida – liberdade, violado.

A discussão da problemática da transfobia (assim como da discriminação de qualquer segmento da população LGBT) se faz importante para o Serviço Social, pois ancorado pelo atual Código de Ética Profissional que traz como valor central a liberdade, o/a assistente social compromete-se com a defesa intransigente dos direitos humanos e o empenho na eliminação de qualquer forma de preconceito e exclusão de grupos socialmente discriminados. Atualmente, a transfobia traz uma série de complexos desafios a serem enfrentados por estes profissionais em sua prática profissional.

IV. TRANSFOBIA EXPRESSA EM NÚMEROS

A pesquisa realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) expressa preocupação com a difusão da violência na América contra pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex). No período de 15 meses, em média, 594 pessoas LGBTI foram assassinadas e 176 foram vítimas de ataques graves relacionados à orientação sexual, à identidade de gênero e/ou expressão de gênero em 25 Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). De acordo com as informações coletadas, as mulheres trans (ou pessoas percebidas como tais) estão entre os principais alvos dos assassinatos, sendo as mais jovens (até 35 anos de idade) as vítimas mais comuns.

A Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero, relatou que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, contando com mais de 800 mortes registradas entre 2008 e 2015.

Ainda segundo a TGEU, em 33 países, quase 300 pessoas trans foram assassinadas entre 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016. Foram 295 casos registrados de homicídios de pessoas trans, sendo o Brasil responsável por 123 desses assassinatos.

Segundo o “Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013”, que será problematizado mais a frente, das violações denunciadas, conforme a distribuição das vítimas por “identidade sexual”, consta nos índices 11,9% de travestis e 5,9% de transexuais declarados. Se tratando dos casos de homicídio, em especial, as travestis ocupam 29,5% e os transexuais 1,2% dos casos.

De acordo com a Rede Trans Brasil, fonte alternativa de monitoramento dos casos de violência contra pessoas trans no país, no ano de 2016 foram contabilizados 144 casos de homicídios, 52 de tentativas de homicídio, 54 de violações de direitos humanos e 12 suicídios, embora saibamos que esses são apenas os dados registrados.

Até a presente data, março de 2017, a Rede Trans Brasil reuniu informações de mais 32 assassinatos de transexuais e travestis em apenas três meses, todos com requintes de crueldade, entre eles: asfixia, apedrejamento, queimadura, pauladas, facadas e tiros de arma de fogo. Foram contabilizados também, até então, mais 22 tentativas de homicídio e 27 casos de violações de direitos humanos.

V. REFLEXOS DA INVISIBILIZAÇÃO DE PESSOAS TRANS

A luta por visibilidade trans tem ganhado cada vez mais força no Brasil e no mundo. Travestis e transexuais travam uma luta constante pelo reconhecimento da sua identidade de gênero e pelo direito de ser quem são.

Mas a população trans é invisível para quem? Para o Estado que não oferece políticas públicas que atendam suas gritantes demandas (por exemplo: uma legislação que criminalize a LGBTfobia). Para grupos de religiosos que as tratam como seres anormais, pecadores e doentes que precisam de cura. Para o mercado de trabalho, que não as insere no campo do trabalho formal, fazendo com que 90% dessas pessoas recorram à prostituição como fonte de renda. Para a sociedade civil, em sua grande maioria, que não as aceita e as exclui de uma convivência social harmoniosa. Problematizamos ainda o fato de que essas pessoas são visíveis para quem as fetichiza, as tornam alvo de chacotas e de preconceitos.

Não podemos esquecer, todavia, que a população trans é visível em relação ao movimento de resistência que fazem parte, que são agentes de transformação, são atores sociais da sua própria história em busca de reconhecimento e direitos iguais.

Uma das principais dificuldades percebidas, logo de início, para o levantamento de dados acerca dos crimes motivados por transfobia, foi o fato das estatísticas trazerem os números de ocorrências transfóbicas sob a rubrica da homofobia, são poucos os dados detalhados que especificam a violência contra pessoas travestis e transexuais.

Por exemplo, o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2013), realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, contabiliza os dados de violência contra pessoas LGBT de modo geral como homofobia e utiliza-se de termos problemáticos que não contemplam a todos, como “sexo biológico” e “identidade sexual” para se referir as identidades de gênero e orientações sexuais das vítimas na construção das estatísticas. Sendo assim, há uma enorme dificuldade para conseguir os dados de crimes transfóbicos, pois estão registrados oficialmente como homofóbicos.

Outra barreira foi encontrar estatísticas nacionais sobre as mortes motivadas por transfobia, sendo a única fonte confiável localizada a Rede Trans Brasil⁵, que trouxe no último dossiê 144 casos de homicídios de pessoas travestis e transexuais somente no ano de 2016. Supõe-se, todavia, que estes são apenas os dados registrados oficialmente e que esse quantitativo seja bem maior.

Um dado extremamente importante apresentado pela Rede Trans foi o número de suicídios, sendo esta uma das causas recorrentes das mortes de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais no Brasil e no mundo. Ela conseguiu dar nome e rosto a 12 pessoas trans que cometeram suicídio no ano de 2016 e isso se deve a diversos fatores motivados pela transfobia, como a exclusão social, institucional e familiar, que acarretam cotidianamente humilhações, constrangimentos, vulnerabilidades, desamparo, etc.

Atualmente, estudos apontam que grande parte da população trans sofre de inúmeros sofrimentos psíquicos que aparecem sob a forma de

tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústia das mais diversas formas o que é provocado não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico como também pelas inúmeras consequências sociais intrínsecas a esta condição” (ARAN; MURTA; ZAIHAF, 2008, p. 74).

Ser travesti e transexual no Brasil é extremamente difícil devido ao fenômeno da transfobia, são poucos os espaços que essas pessoas podem ocupar socialmente e, quando não têm suas vidas ceifadas pelo preconceito e intolerância, que alternativas lhes restam? Quais os meios de sobrevivência que lhes são permitidos? Na maioria das vezes

⁵ REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL ou REDE TRANS BRASIL: fonte alternativa que monitora os casos de violência contra pessoas transexuais e travestis no país.

são fatalmente empurradas para locais ditos “marginalizados”, como já citado, a prostituição. Embora os movimentos sociais LGBT lutem para que os estigmas sejam quebrados, são poucas as pessoas trans que gozam de respeito e ocupam posições formais no mercado de trabalho. A expectativa de vida de travestis e transexuais é de 35 anos no Brasil (DEUS, 2014).

Em todas as pesquisas internacionais apresentadas, o Brasil continua aparecendo como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com uma taxa de homicídios altíssima se comparada a dos outros países. Por conta dos números alarmantes de crimes transfóbicos, o Brasil será denunciado à Organização das Nações Unidas (ONU) para que estratégias de enfrentamento e combate a crimes de ódio sejam pensadas e aplicadas no país.

Em alguns Estados brasileiros, como no Estado do Pará, foi instituído legalmente o uso do Registro de Identificação Social⁶ que garante às pessoas trans o uso do nome social, mas nota-se que até mesmo nos órgãos públicos que possuem legislações específicas para garantir esse direito básico às pessoas trans – como, por exemplo, as Escolas Públicas Estaduais⁷ e as unidades da Rede SUS⁸ – existe um descumprimento, fazendo com que as suas identidades de gênero sejam desrespeitadas.

Se o simples uso do nome social é quase que predominantemente desrespeitado, fica a reflexão de como é difícil para as pessoas trans se inserirem em sociedade, em especial nos espaços públicos, e acessarem os direitos sociais.

Até mesmo dentro do próprio movimento LGBT a população trans tem suas pautas secundarizadas, muito (ou pelo menos mais) se fala sobre diversidade sexual e pouco sobre identidade de gênero. Nota-se, muitas das vezes, que existe um desconhecimento entre a diferença entre orientações sexual e identidade de gênero pela própria população LGBT, o que acaba gerando um desentendimento entre os segmentos e prejudicando a luta por objetivos comuns (sem deixar de lado as especificidades, é claro): o respeito e a igualdade de direitos.

⁶ Decreto nº 726 de 29/04/2013 “Homologa a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP”. “Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, a qual institui a Carteira de Nome Social (Registro de Identificação Social) para pessoas travestis e transexuais do Estado do Pará.

⁷ Portaria nº 016/2008 – GS Art. 1º - “Estabelecer que, a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de Travestis e Transexuais”.

⁸ A Política de Saúde Integral LGBT preconiza o respeito à identidade de gênero e o uso do nome social.

VI. CONCLUSÃO

A escassez de dados quantitativos e qualitativos acerca dos crimes motivados pela transfobia revela e reforça a situação de invisibilidade na qual as pessoas trans estão sendo colocadas diariamente no país. Se abrirmos as mídias sociais e lermos as matérias dos principais jornais, fica claro que essa parcela da população LGBT vem sendo, inclusive, alvo de perseguições gratuitas, que muitas das vezes culminam em homicídios, sendo notável também o descaso das autoridades policiais e do poder público diante dessa demanda. Hoje são poucas as ações de enfrentamento à transfobia, é como se ela não existisse.

Sabemos que a violência cometida contra pessoas LGBT decorre de uma sociedade desigual, heteronormativa, machista, misógina, intolerante e preconceituosa. Por isso, o segmento trans cada vez mais faz parte da “nova” demanda que chega ao Serviço Social com seus direitos violados.

Segundo Iammamoto (2006, p. 19), é nesse contexto de antigas e novas demandas que se reconfiguram o fazer da/o assistente social. Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo pra decifrá-lo e participar da sua recriação.

Por isso, se faz necessário que os assistentes sociais estejam comprometidos com o projeto ético-político profissional e preparados para que sua intervenção seja estratégica e contribua para uma existência plena e digna dessa população em sociedade, ampliando a luta pela garantia de direitos e cidadania.

Ressaltamos, por fim, a importância dos movimentos de resistência por parte dessas pessoas transexuais e travestis, que são atores sociais e políticos, e que devem lutar para terem seus direitos garantidos, para serem atores de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ARAN, M; MURTA, D; Zaidhaft, S. **Transexualidade**: corpo, subjetividade e saúde coletiva. Psicol. Soc. vol.20, n1, Porto Alegre: 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a08v20n1.pdf>> Acesso em: 02/03/2017

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. Difusão Europeia de Livros: 1970.

DEUS, Amadeu Lima de. **“Na vida tenho experiência”**: uma etnografia sobre narrativas e memórias de travestis e transexuais envelhecidas em Belém do Pará. 2014.



IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012. E-book disponível em <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>> Acesso em: 28/02/2017

PELÚCIO, Larissa. **Fora do Sujeito e fora do lugar:** reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. Texto apresentado na 38ª Reunião da ANPOCS, 2006.

Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org/index.html>> Acesso em: 27/03/2017

Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília: 2016.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Políticas Públicas LGBT's de Enfrentamento à Homofobia em Belém do Pará:** análise a partir da delegacia de combate aos crimes homofóbicos (DCCH). 2013.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM) in Transgender Europe (TGEU). Disponível em: <<http://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>> Acesso em: 28/02/2017

Una Mirada A La Violencia Contra Personas LGBTI: un registro que documenta actos de violencia entre el 1 de enero de 2013 y el 31 de marzo de 2014. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Washington, D.C, 2014. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/docs/Anexo-Registro-Violencia-LGBTI.pdf>> Acesso em: 28/02/2017